



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 13 | Nº. 25 | Jul./Dez. de 2021

Henrique Cintra Santos

Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC

henriquecintra@outlook.com

INSTRUMENTALIZAÇÃO TRANSNACIONAL DE TEORIAS DE CONSPIRAÇÃO SOBRE O HIV/AIDS: disputas discursivas na Guerra Fria.

RESUMO

O artigo pretende discutir o mito de isolamento da República Democrática Alemã e evidenciar como esta instrumentalizou durante a Guerra Fria teorias de conspiração sobre o HIV/AIDS surgidas no interior do movimento gay dos EUA.

Palavras-chave: HIV. Homossexualidade. Transnacional.

TRANSNATIONAL INSTRUMENTALIZATION OF CONSPIRACY THEORIES ABOUT HIV/AIDS: discourse and disputes within Cold War.

ABSTRACT

The article aims to discuss the myth of isolation of the German Democratic Republic and to show how it used conspiracy theories about HIV/AIDS that emerged within the US gay movement during the Cold War.

Keywords: HIV. Homosexuality. Transnational.

Introdução

O termo “Cortina de Ferro” marca o século XX, sendo especialmente empregado durante a Guerra Fria. Apesar de seu uso contemporâneo remeter à divisão geopolítica e ideológica (comunismo/capitalismo) na Europa, marcando áreas concorrentes sob influência dos Estados Unidos (EUA) e da União Soviética (URSS), o emprego do termo em contextos semânticos diversos data desde o século XVIII (FUERLICHT, 1995). Cortina de Ferro, no entanto, não deve ser apreendido apenas como um signo indexador das dinâmicas políticas da Guerra Fria, mas tomado a partir dos seus efeitos discursivos diversos, em especial a ideia de “isolamento”.

A Europa Central e do Leste (ECL)¹, região que na concorrência entre capitalismo e comunismo se viu sob o arco de influência da URSS no pós-guerra, é interpretada a partir do mito de total isolamento atrás da Cortina de Ferro. Tal concepção de isolamento e controle absolutos observa um potencial ainda maior no caso da antiga República Democrática Alemã (RDA), seja pela fama que esta alcançou a partir de seu órgão de controle e repressão, a *Stasi* (GIESEKE, 2015), ou o simbolismo e a materialidade fronteiriça produzidos pelo Muro de Berlim. No entanto, o mito de total isolamento necessita ser contestado para que seja possível destacar e compreender uma complexa coexistência entre medidas de isolamento e uma integração global diversa por tais Estados. Ao focarmos na RDA - ou popularmente conhecida como Alemanha Oriental – percebemos algumas historiografias já realizadas que relativizaram o aspecto de isolamento desse Estado. Enquanto Richmond (2003), por exemplo, observa os fluxos multidirecionais de tendências culturais que atravessavam a Cortina de Ferro, Hobsbawn (1995) e Judt (2008), ao apresentarem uma análise sobre a Guerra Fria, reconhecem o caráter autoritário e vigilante do Estado da RDA, mas destacam sua integração a uma economia global.

Se nas dinâmicas geopolíticas e econômicas já há atenção para a imprescindibilidade de sobrepujar tal mito de total isolamento, processo semelhante ainda não é encontrado em relação às sexualidades dissidentes e à produção de uma História LGBTQIA+ da região. Owczarzak (2009) percebe nas representações da região feitas pelo Ocidente² uma insistência sobre uma imagem que localiza a região no

1 Segundo Krammer (2003), a ECL deve ser entendida tanto em seu sentido geográfico quanto político (p. 179). Sendo assim, a ECL se refere aos países sob influência da URSS durante a Guerra Fria e signatários do Pacto de Varsóvia: Bulgária, Checoslováquia, Alemanha Oriental, Hungria, Polónia e Romênia.

2 Conceitos como Ocidente e Oriente no presente trabalho não devem ser tomados como unidades espaciais “naturais”, mas a partir de sua construção discursiva, a qual pode ser localizada no período das

entremeio de uma escala entre “civilizado” e “selvagem”, o que promove a percepção de uma ECL sempre “atrasada” em relação ao Ocidente. O mito do total isolamento e o juízo de “atraso” atribuído à região informa vigorosamente também as lentes pelas quais uma História LGBTQIA+ tem sido escrita sobre a região. Para Szulc (2018), o mito de total isolamento desistoriciza as sexualidades dissidentes na ECL (p. 5) e interpreta o período entre a Segunda Guerra Mundial e a queda do Muro de Berlim na região como “uma espécie de não-tempo sem avanços econômicos, políticos e sociais, incluindo a ausência de alguma adoção de direitos LGBT e nenhum desenvolvimento de ativismo LGBT” (p. 5, tradução nossa). Dessa forma, a existência de resistências dissidentes da cis-heteronormatividade e a construção de movimentos políticos pela diversidade de gênero e/ou sexualidade são colocadas – a partir do perene eurocentrismo – como exclusivos ao Ocidente.

Voltar-se ao caso alemão oriental é bastante profícuo para estudarmos as dissidências da cis-heteronormatividade da ECL de forma que supere leituras eurocêntricas. Apesar de na Alemanha Oriental ser observável uma perdurável ausência de espaço público autorizado para discussão sobre a homossexualidade³ (MCLELLAN, 2011), isso não deve confirmar a ausência de construção de um movimento homossexual na RDA. Já na década de 1970 pode ser observado em Berlim Oriental a formação do primeiro grupo homossexual da ECL, o *Homosexuellen Interessengemeinschaft Berlin* (HIB), enquanto na década de 1980 ocorre a expansão do movimento homossexual alemão oriental, com grupos diversos nos principais centros urbanos do país (MCLELLAN, 2011). A expressividade desses grupos organizados na RDA se traduziu em um protagonismo dentro da ECL, sendo o movimento homossexual da RDA uma das principais influências, por exemplo, para que os dissidentes da cis-heteronormatividade na Polônia se organizassem na década de 1980 (SZULC, 2018).

A influência dos grupos do movimento homossexual alemão oriental na ECL são traços primários do caráter transnacional dessa história. Tammer (2013) se volta para as conexões e fluxos estabelecidos entre esses grupos na RDA e atores e entidades no Ocidente – especialmente na Europa Ocidental. Ao observar diversos pontos de

expansões coloniais, o que produziu “polaridades entre o Ocidente – civilizado, adiantado, desenvolvido, bom – e o resto – selvagem, atrasado, subdesenvolvido, ruim. Uma vez constituídos, tais binarismos tornam-se ferramentas para pensar e analisar a realidade” (COSTA, 2006, p. 119).

³ O termo *homossexualidade* é utilizado para adequar o texto à representação linguística sobre as identidades dissidentes de sexualidade e/ou gênero no recorte espacial/temporal em questão. O termo plural LGBTQIA+ é empreendido quando nos referimos às representações contemporâneas de tais identidades.

colaboração e trocas que atravessavam o Muro de Berlim, a pesquisadora traz uma contribuição fulcral para sobrepujarmos o mito de total isolamento e localizarmos tais grupos homossexuais da Alemanha Oriental como vértices ativos de uma rede global de fluxos multidirecionais.

Portanto, um olhar transnacional para as questões sobre as dissidências de gênero e sexualidade na ECL promete uma estratégia de pesquisa profícua para uma produção historiográfica que se pretende independente das amarras do eurocentrismo e do nacionalismo historiográfico, superando interpretações estanques e apagamentos de sujeitos. Nesse sentido, a História Global com sua proposta contra-hegemônica, atentando para as conexões e fluxos transnacionais dentro de uma mesma situação global (CONRAD, 2016), desponta como perspectiva profícua para tal empreitada. Dessa forma, é necessário observar um aspecto transnacional da História da ECL e da Guerra Fria que não apenas é fulcral para a produção de uma História LGBTQIA+ da região, mas indicativo de como as questões sobre as sexualidades adentraram as disputas ideológicas da Guerra Fria. Para tanto, observaremos como a epidemia do HIV/AIDS foi instrumentalizada pelo Estado da RDA: transnacionalmente a Alemanha Oriental tomou posse dos discursos sensacionalistas sobre o HIV/AIDS em curso nos Estados Unidos (EUA) como ataque ao Ocidente; tal instrumentalização transnacional aliada ao conservadorismo do Estado alemão oriental também informaram o silenciamento e os discursos domésticos sobre o HIV/AIDS.

Sensacionalismo midiático e a culpabilização dos dissidentes da cis-heteronormatividade

O primeiro registro científico do que hoje conhecemos como AIDS (ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) aconteceu no ano de 1981: lia-se no boletim do *Centro para Controle de Doenças* nos EUA (GOTTLIEB *et al.*, 1981) sobre a ocorrência de pneumonia por *pneumocystis* em cinco jovens previamente saudáveis. A ligação entre os casos ocorreu pelo fato de todos os pacientes serem homossexuais, o que sugeria “uma associação entre algum aspecto do estilo de vida homossexual ou doenças sexualmente transmissíveis e a *Pneumocystis* nesta população” (TREICHLER, 1987, p. 276, tradução nossa). A assimilação entre o HIV/AIDS e um “estilo de vida homossexual” inaugurou já em seus primeiros registros uma potente intersecção de discursos LGBTfóbicos aos debates sobre o vírus.

Desde o começo da epidemia, portanto, podemos verificar vários discursos que, ao utilizarem denominações como *peste gay*, *câncer gay*, entre outros, procuravam relegar somente aos homossexuais a possibilidade de adquirir o HIV. Tais narrativas sólidas e perenes foram propagadas a partir de inúmeros atores e instituições: com destaque à mídia, às organizações religiosas, às entidades políticas e também a própria comunidade científica e médica. Portanto, nos EUA, assim como grande parte da sociedade Ocidental, os termos *câncer gay*, *peste gay*, entre outras variantes, marcaram de forma ostensiva as representações midiáticas sobre o HIV/AIDS, sejam elas nas mídias televisivas, impressas, entre outras. Muskopf (2015) defende que observar criticamente tais narrativas não quer dizer negar a preponderância de casos de AIDS em indivíduos homossexuais no início da pandemia⁴, mas notar o tratamento dado a tais estatísticas na época: o da culpabilização da homossexualidade. Ou seja, inseriu-se uma irracionalidade às estatísticas da época a fim tomar a prevalência dos casos entre homossexuais naquele momento como indício de que não se tratava de uma preocupação da sociedade hegemônica e cis-heteronormativa. Tentava-se não apenas desconsiderar a gravidade imposta pelo HIV/AIDS a todos os indivíduos, mas também garantir a soberania à heterossexualidade *ocidental*⁵.

Como exemplo da representação midiática dada ao HIV/AIDS, podemos citar a exposição *Pictures of People* (“Fotos de Pessoas”) realizada em 1988 no Museu de Arte Moderna (MOMA) na cidade de Nova York. Entre as fotos exibidas, destacam-se as do fotógrafo Nicholas Nixon, nas quais uma série de indivíduos que desenvolveram complicações pela AIDS são representados em seus momentos mais vulneráveis e delicados. Essa abordagem sobre a epidemia do HIV/AIDS reitera o padrão sensacionalista pelo qual o acometido pela epidemia era usualmente apresentado: “devastado, desfigurado e debilitado pela síndrome; eles são geralmente sozinhos, desesperados, mas resignados à suas inevitáveis mortes” (CRIMP, 1992, p. 118, tradução nossa). Apesar da potência para uma conscientização que tal abordagem imagética propõe, a mídia, almejando os altos índices de audiência que o

4 Como observa Brito *et al.* (2001) no caso do Brasil, o quadro social do HIV/AIDS vem sofrendo há anos transformações e é marcado por “processos de *heterossexualização*, da *feminização*, da *interiorização* e da *pauperização*” (p. 208) em relação à preponderância dos novos casos. É necessário destacar, portanto, que a predominância entre indivíduos homossexuais não é mais a realidade atual.

5 Digo *ocidental* pois parte da sociedade encontrou dificuldades em explicar os altos números de casos de AIDS já na década de 1980 entre mulheres africanas. Tais ocorrências contrariavam o discurso que restringia o HIV/AIDS à homossexualidade. Segundo Treichler (1987), a resolução para tal impasse foi considerar o corpo da mulher africana como “exótico” (p. 285) e, por isso, diferente do da mulher ocidental e, assim, suscetível ao vírus.

sensacionalismo prometia, recusava-se a dar espaço de representação à agência dos portadores do vírus, aos seus movimentos organizados e de ativismo (CRIMP, 1992, p. 126). Nesse sentido, destaca-se o *ACT UP (AIDS Coalition to Unleash Power)*, criado em 1987 nos EUA a fim de lutar contra o preconceito em torno do HIV/AIDS, promover auxílio àqueles impactados pela doença e, principalmente, angariar maiores iniciativas governamentais para com a pesquisa e tratamento do HIV/AIDS (SCHULMAN, 2021). O ACT UP surgiu não apenas como espaço crítico e resposta à forma com que a epidemia vinha sendo apresentada à sociedade pela mídia, mas desponta como ação alternativa à morosidade e ao silêncio sobre o HIV/AIDS pelas autoridades do país naquele momento (GOULD, 2009). Entre as ações do grupo, destaca-se o protesto feito na mesma exposição do MOMA com as fotos de Nicholas Nixon, onde o grupo silenciosamente entregou panfletos aos visitantes contendo fotos diversas que demonstravam indivíduos vivendo com HIV/AIDS, porém fora do campo discursivo tomado pelo sofrimento, esperava promover uma contra-imagem: a do soropositivo possuindo uma agência, a capacidade de viver e também sorrir.

Apesar de tais ações de protesto como as do ACT UP no MOMA, a representação midiática do HIV/AIDS a partir da posição de sofrimento e ausência de agência em relação à doença continuou dominante. Entre os casos mais emblemáticos desse processo destaca-se a propaganda da marca italiana *United Colors of Benetton*. Em 1992, o diretor de *marketing* da empresa utilizou a foto de um paciente com AIDS no momento de sua morte, exatamente quando sua família se encontrava em volta de seu leito, despedindo-se do ente querido. A foto, publicada pela primeira vez em preto e branco na revista *Life* - uma das principais do país na época -, apesar de registrar um momento agonizante para o acometido pelo HIV/AIDS e de sofrimento aos familiares, foi colorizada e utilizada na campanha publicitária da marca de roupas *Benetton* (SCALVINI, 2010, p. 221).

Na mídia televisiva o tratamento sensacionalista sobre o HIV/AIDS alcançava audiências significativas, contribuindo especialmente para a popularização da epidemia como punição às sexualidades dissidentes da cis-heteronormatividade. Entre os exemplos observados por Crimp (1992), destaca-se o programa *AIDS Hits Home* (“AIDS Atinge o Lar”) veiculado em 1986 no canal norte-americano CBS. O programa fez parte de uma tentativa da mídia estadunidense em tentar repercutir a ideia de que o HIV/AIDS era também um problema para a sociedade hegemônica – ou cis-heteronormativa. Porém, durante a exibição, as imagens utilizadas para ilustrar os impactos da epidemia

na sociedade se concentravam nos chamados *grupos de risco*, especialmente homens gays (CRIMP, 1992, p. 119). Portanto, propagou-se as representações já disseminadas em massa por todos os veículos midiáticos naquele momento, restringindo o perigo do HIV/AIDS a grupos específicos. Além disso, almejando condizer com os propósitos do programa e conscientizar que a epidemia também era uma preocupação para os heterossexuais, o programa lançou mão de um *tipo* heterossexual específico: o HIV/AIDS se apresenta como uma ameaça somente àquele heterossexual que se *comportava* como um homossexual, noção que insiste na associação entre o vírus e um *estilo* de vida – homossexual. Completando sua construção discursiva totalmente contrária aos motivos iniciais do programa, a exibição é encerrada com a aparição de um entre alguns dos poucos homossexuais que se atreveram a mostrar o rosto. Sua participação é acompanhada de seu irmão gêmeo idêntico, porém heterossexual. Assim, “o retrato duplo do homem gay doente e seu irmão heterossexual saudável deixa a lição moral tão clara que não precisa de elaborações” (CRIMP, 1992, p. 120, tradução nossa).

O sensacionalismo que acompanha o especial exibido na CBS condiz com os resultados obtidos por Netzhammer e Shamp (1994) ao analisarem oito programas de televisão nos EUA durante a primeira década da epidemia: a representação do HIV/AIDS como um problema universal perpetrado pelos homossexuais (p. 92). A homofobia de tais discursos certamente moldava a percepção da sociedade em relação à epidemia. Tal suposição é comprovada por Kitzinger (1993), o qual a partir de entrevistas constatou dois grupos principais acometidos pelo HIV/AIDS: as *vítimas* e os *perpetradores*, esses últimos majoritariamente representados pelos homossexuais.

Portanto, na história da epidemia do HIV/AIDS, ainda em curso, os efeitos sentidos pelos grupos LGBTQIA+ não foram somente a prevalência do número de fatalidades dentro da comunidade nos primeiros anos da epidemia, mas também os efeitos materiais e discursivos da homofobia em torno do vírus - resultados, principalmente, da propagação pela mídia de desinformações, a ideia de *vítima/culpado* pela doença, entre outros estigmas. Isso significou, nas vivências dos portadores do vírus, até mesmo hodiernamente, a omissão de “sua condição sorológica pelo medo de se expor e de padecer de preconceito ou discriminação, respostas provocadas pelo estigma” (ALMEIDA *et al.*, 2007, p. 264).

Sensacionalismo midiático e a culpabilização dos dissidentes da cis-heteronormatividade

A década de 1980 marca, então, especialmente a comunidade LGBTQIA+ não apenas a partir do receio sobre a vida colocado pela ameaça do vírus, mas particularmente o pânico social e homofóbico. Essa conjuntura era edificada pelo crescimento rápido do número de casos positivos registrados para o HIV e de óbitos decorrentes de complicações causadas pela AIDS, assim como uma representação sensacionalista pelas mídias, declarações homofóbicas advindas de autoridades próximas do governo e um silêncio e morosidade para ações eficazes por parte do presidente nos EUA naquele momento, Reagan. É a partir desse contexto hostil que a comunidade *gay* nos Estados Unidos começou a questionar as políticas governamentais em relação ao HIV/AIDS e as reais intenções do Estado para com o vírus (SELVAGE, 2019, p. 80): surgem as teorias de conspiração⁶.

Na edição da revista *Gay Community News* de 9 de julho de 1983, importante publicação do movimento gay de Boston, Charley Shively, uma voz presente e radical nas políticas radicais da *gay liberation*⁷ nos EUA, publicou um artigo em que sistematizava os rumores que circulavam na comunidade homossexual estadunidense naquele momento. Ao se basear em reportagens já em circulação em outros periódicos do movimento gay, Shively divulgou a teoria de que o vírus causador da AIDS teria surgido na África e levado para o Ocidente a partir da Agência Central de Inteligência (CIA) dos EUA. O motivo inicial seria uma guerra biológica contra Cuba, mas, segundo a teoria exposta, o vírus se espalhou rapidamente, fugindo do controle das autoridades, alcançando o Haiti e depois os EUA (SELVAGE, 2019, p. 79). Shively, no entanto, vai além e sugere outras narrativas possíveis, como a chance de o vírus ter sido trabalhado dentro dos EUA e instrumentalizado como ataques a grupos específicos, entre eles os homossexuais. O autor sugere, por fim, que ao invés da comunidade gay se entregar às narrativas que interligam um *estilo* de vida homossexual ao HIV/AIDS, a comunidade deveria investigar “a CIA, o Centro para Controle de Doenças ou os conglomerados médico-farmacólogos” (SHIVELY, 1983, p. 5, tradução nossa).

6 Segundo Bale (2007) é importante diferenciar *teorias de conspiração* e *políticas de conspiração*. Dessa forma, o artigo presente não desconsidera a existência de *políticas de conspiração*, mas entende as *teorias de conspiração* a partir de seu sentido popular e envoltas de graus de irracionalidade e paranoia (SELVAGE, 2019).

7 *Gay Liberation* - ou “liberação gay” – nomeia o movimento homossexual/gay nos EUA no decorrer da década de 1970.

Se em 1983 as perguntas sobre o HIV/AIDS eram inúmeras e a comunidade científica ainda se apressava para prover algumas respostas, em 1987, mesmo com maior instrução científica disponível, as teorias de conspiração continuavam a circular nos espaços de comunicação do movimento gay estadunidense. Na edição da *Gay Community News* de 4 de outubro de 1987, novamente Shively voltou a escrever um longo artigo em que apresentava várias teorias possíveis para se explicar o surgimento do vírus da AIDS. Entre elas, destaca-se a transmissão do HIV a partir da vacina contra Hepatite B ou a vacina contra a varíola – nessa última o Brasil é citado como prova, já que naquele momento era o único país da América do Sul a ter um programa nacional de vacinação contra a doença e, ao mesmo tempo, a maior taxa de prevalência de HIV/AIDS na região (p. 3).

Ao insistentemente apontar que o Centro para Controle de Doenças nos EUA liderava uma campanha para fazer com que os homossexuais acreditassem que seu comportamento era a principal causa da propagação do HIV/AIDS, a argumentação de Shively desponta como defesa de sua comunidade (SELVAGE, 2019, p. 93) contra uma conjuntura social inóspita. Portanto, as teorias de conspiração em relação ao HIV encontraram um contexto fértil para que se propagassem: “uma escassez de informações confiáveis em conjunção com altos níveis de ansiedade social” (HELLER, 2015, p. 43, tradução nossa) - este último fato exponencialmente disseminado pela mídia.

Para Selvage (2019) um dos argumentos mais robustos no qual se baseavam os artigos conspiratórios é o testemunho no Congresso estadunidense de um oficial do Departamento de Defesa, Donald MacArthur, em 1969. Naquele momento, o oficial atestou que “em um período de 5 a 10 anos seria possível produzir um agente biológico sintético, um agente que não existe naturalmente e para o qual nenhuma imunidade natural poderia ser adquirida” (p. 80, tradução nossa). Essa declaração foi largamente referenciada pelas teorias sobre a origem do vírus da AIDS, as quais acabaram sendo apropriadas posteriormente pelos países do bloco sob influência da URSS como ataque desmoralizador aos EUA. Começamos a notar, portanto, como as questões sobre o HIV/AIDS e sexualidade foram instrumentalizadas transnacionalmente dentro de uma situação global comum, a da Guerra Fria.

Em 1985 a KGB, principal órgão para serviços secretos da URSS, iniciou junto de agências parceiras dentro da ECL uma campanha contra os EUA que almejava desmoralizar o governo estadunidense a partir do discurso que o ligava à origem do

HIV/AIDS. Tal projeto se desenvolveu em um momento que a administração Reagan enfrentava uma série de crises, especialmente pela descoberta de irregularidades em operações de combate a Guerra Fria pelos EUA e um escândalo a partir de uma experiência da CIA com a droga LSD sem consentimento dos envolvidos. Essas polêmicas caras à percepção pública sobre o governo norte-americano promoviam terreno profícuo para supor e disseminar outras teorias e conspirações sobre a administração estadunidense (SELVAGE, 2019, p. 80) - oportunidade que a KGB e, mais tarde, o órgão alemão oriental *Stasi* aproveitaram. Dessa forma, a partir do conhecimento dos rumores que circulavam na comunidade gay já desde 1983, as disputas no interior da Guerra Fria viram uma nova estratégia: a promoção de tais teorias de conspiração sobre o HIV/AIDS em publicações diversas, encontrando disseminação não apenas na imprensa dentro da ECL, mas globalmente.

Para Charley Shively e aqueles da comunidade gay que em alguma medida dividiram a crença nas teorias de conspiração sobre o HIV/AIDS, tais narrativas devem ser tomadas como um desejo não apenas pela descoberta das origens do vírus, mas a ânsia por “uma cura e pelo desarme da força maligna que os está infligindo dor” (RÖDLACH, 2006, p. 116, tradução nossa). Dessa forma, para tais indivíduos não se tratava de conspiração, mas crença de que aquilo que sugeriam poderia ser a realidade. Já para a KGB e a *Stasi*, suas suposições não estavam passíveis de juízos em termo de plausibilidades e eram estritamente instrumentalizadas a fim de minar a reputação internacional estadunidense (SELVAGE, 2019, p. 82).

Se desde 1985 a KGB - com auxílio esporádico da *Stasi* – era a principal articuladora da disseminação da tese de que o HIV/AIDS era produto dos EUA, a partir de 3 de setembro de 1986 a *Stasi* registra a “Operação Denver”, a qual se definia assim:

Com o objetivo de expor os perigos ao ser humano pelas pesquisas, produção e uso de armas biológicas, e também a fim de ampliar o sentimento antiamericano no mundo e provocar controvérsias políticas domésticas nos EUA, a RDA proverá estudos científicos e outros materiais que provem que a AIDS se originou nos EUA, não na África, e que a AIDS é um produto das pesquisas em armas biológicas nos EUA (SELVAGE, 2019, p. 103, tradução nossa).

Especialmente a partir de 1987 a *Stasi* certamente cumpriu com os propósitos especificados pela Operação Denver. Selvage (2021) a partir da pesquisa com as fontes disponíveis nos arquivos da *Stasi* em Berlim conseguiu reconstruir parte considerável dos projetos que fizeram parte da Operação Denver. Entre as diversas ações, destaca-

se o filme *AIDS – Die Afrikalegende*, uma produção na Alemanha Ocidental, mas que recebeu financiamento e distribuição internacional com auxílio da *Stasi* (p.78). O filme atesta a origem laboratorial do HIV/AIDS nos EUA, utilizando argumentos diversos, mas especialmente aqueles produzidos por Jakob Segal e Lili Segal. Ambos moravam em Berlim Oriental e estavam ligados a Universidade Humboldt em Berlim, onde Jakob Segal havia organizado o Departamento de Biologia (SELVAGE, 2019, p. 96). Eles se estabeleceram como alguns dos principais formuladores sobre tais teorias conspiratórias e, pelo teor supostamente científico que a institucionalização acadêmica os relegava, ambos tiveram suas produções promovidas internacionalmente pela *Stasi*. A estratégia para garantir o interesse internacional pelas teses dos Segals foi o silenciamento: o Estado proibiu a publicação de qualquer artigo sobre as origens do HIV/AIDS na RDA visando impedir em território doméstico qualquer menção contestadora à tese dos Segals. A *Stasi*, de forma clandestina, garantiu, no entanto, a publicação da produção dos Segals internacionalmente (SELVAGE, 2021, p. 76).

Percebemos, portanto, um Estado que, ao contrário do mito de total isolamento, via-se como parte ativa de um debate transnacional. A *Stasi* e certos grupos da população – como é o caso dos Segals – tinham acesso às discussões e teses sobre o HIV/AIDS em outros locais e as operacionalizavam dentro de seus propósitos em uma situação global comum de disputa, a da Guerra Fria. No entanto, a instrumentalização da RDA sobre o HIV/AIDS ia além das teorias de conspiração: o silenciamento e as disputas ideológicas tinham implicações para a população alemã oriental dissidente em sua sexualidade.

Instrumentalização doméstica das narrativas sobre HIV/AIDS – Silenciamento e Muro como “camisinha” do DDR

Reintjes *et al.* (2001) se dedicaram a observação do impacto da reunificação alemã em 1990 sob os números de casos de doenças infecciosas em ambos os territórios alemães – ocidental e oriental. Ao notar a taxa de mortalidade em relação à AIDS em ambos os territórios, percebe-se que tanto antes quanto depois da reunificação, os estados do Leste alemão foram bem menos afetados pela epidemia do HIV/AIDS. Tais números foram traduzidos na suposição de que o Muro de Berlim teria funcionado como a “camisinha” da RDA. Nesse sentido, a revista *Spiegel* em 1992⁸ já disseminava

8 Disponível em: <https://www.spiegel.de/politik/die-mauer-war-das-kondom-der-ddr-a-c9b9daed-0002-0001-0000-000013690670> Acesso em 30 ago. 2021.

tal noção, a qual acabava reforçando a concepção sobre a RDA de um país totalmente isolado.

Há certa verdade em tais acepções, visto que proporcionalmente à sua população - menor que na Alemanha Ocidental - a RDA realmente observou números menos agressivos de casos de HIV/AIDS até o seu desmantelamento em 1990. No entanto, tais afirmações desconsideram o *silenciamento* intrínseco às políticas da RDA não apenas em relação ao HIV/AIDS, mas aos próprios homossexuais.

O Muro de Berlim, sendo era uma barreira material que impedia o trânsito de cidadãos da RDA para países do Ocidente, certamente pode ter contribuído para retardar o avanço do HIV na região. Dessa forma, os primeiros números modestos do avanço do HIV na região podem ser interpretados como resultado da própria marginalização doméstica e espacial de sua população.

Com a reunificação, um dos grandes receios na RDA era de que os casos de HIV/AIDS se expandissem na região (HERRN, 2000, p. 143). No entanto, para muitos ativistas, essa aproximação ao Ocidente poderia também ser tomada como sinal de potenciais mudanças nas políticas na região em relação ao HIV/AIDS, especialmente sobre sua morosidade em aplicar políticas públicas amplas de conscientização. Tal morosidade e ausência de políticas públicas para a questão epidêmica eram atravessadas muitas vezes pelo silenciamento sobre a questão ou a promessa estatal de que não se trataria de um problema para uma sociedade socialista. Tal placidez aliada à falta de canais oficiais de informação não se traduziam, no entanto, em um sentimento popular de segurança: entrevistas na capital Berlim Oriental encontravam sujeitos que se viam em pânico diante da situação, não dividindo da noção de que estivessem mais protegidos do que seus vizinhos do lado ocidental (TÜMMERS, 2014, p. 159).

O silenciamento estatal sobre a epidemia não significava também uma total dissociação pública ao problema do HIV/AIDS. Como já apontado acima, fora das estatísticas oficiais, percebia-se um pânico em parcelas da população. Isso se devia à permeabilidade do Muro de Berlim, o qual – por mais que as autoridades alemãs-orientais não ousassem reconhecer – não conseguia reter todos os fluxos de informações e materiais. Dessa forma, uma grande quantidade de representações midiáticas no Ocidente sobre o HIV alcançava os grandes centros urbanos no Leste, como Berlim Oriental (TÜMMERS, 2014, p. 159). Tal fluxo não apenas questiona o mito de total isolamento sobre a região, mas confirma a morosidade estatal de lidar com o

tema, displicência essa que os cidadãos procuravam contornar com o acesso ilegal aos canais do Ocidente.

A ausência de uma discussão pública e midiática sobre o HIV/AIDS na RDA ia além do controle de censura sobre a imprensa e se relacionava aos discursos que, durante grande parte da história da RDA, informaram as autoridades sobre as sexualidades dissidentes. Oosterhuis (1995) nota que desde a década de 1930 e especialmente durante a Segunda Guerra Mundial, as autoridades soviéticas descreviam a homossexualidade como incompatível ao modelo de sociedade que almejavam e, não raramente, interpretavam as sexualidades dissidentes como produto do Nazismo. Tais acepções encontraram permanência na RDA e foram utilizadas a fim de reafirmar a cis-heteronormatividade como modelo propício à sociedade socialista almejada (EVANS, 2010, p. 555). Ao localizar tais noções entre as respostas do Estado da RDA ao HIV/AIDS, encontra-se a noção disseminada pelo Ministro da Saúde da RDA em 1987 de que “uma sexualidade ‘adequada ao socialismo’ ofereceria uma proteção mais segura ao HIV” (TÜMMERS, 2014, p. 171, tradução nossa), o que justificaria o espaço restrito desprendido pela mídia e as autoridades em relação a tal epidemia em um país supostamente socialista. Assim, o HIV/AIDS recebeu uma instrumentalização doméstica que o projetava – assim como a Operação Denver – para o centro das disputas ideológicas da Guerra Fria: ao notar a epidemia como questão ocidental e ligada majoritariamente à homossexualidade, a RDA procurava não apenas afirmar uma superioridade de sua sociedade no que dizia respeito as suas práticas sexuais, mas, principalmente, desmoralizar o Ocidente e, em última instância, sublinhar *mais uma* vantagem de sua sociedade em relação ao capitalismo. Nesse sentido, a própria mídia e representações institucionais no Ocidente acabavam dando respaldo ao discurso em curso na RDA: a junção dos discursos oficiais sobre o HIV/AIDS e aquelas representações ocidentais envoltas de homofobia que atravessavam o Muro de Berlim fazia com que para homossexuais na RDA, o HIV/AIDS parecesse apenas um problema para aqueles que viviam no capitalismo, enquanto para os heterossexuais, tal vírus era entendido como ameaça apenas às sexualidades dissidentes (BORNEMAN, 1987, p. 227).

Percebia-se na Alemanha Oriental, portanto, um discurso que interpretava o HIV/AIDS como um problema dos países capitalistas e, em última instância, dos países cuja homossexualidade era expressiva – o que, para as lentes oficiais, não era o caso da RDA. Assim, para muitas autoridades, o fato de a RDA não apresentar *a priori*

espaços homossexuais de sociabilidade, o HIV/AIDS deveria ser uma preocupação apenas daqueles que tivessem relações sexuais com desconhecidos e, principalmente, estrangeiros (TÜMMERS, 2014, p. 174). Tal noção não apenas significou para a sociedade uma ânsia por mais informações sobre o HIV/AIDS – almejo parcialmente suprido pelas informações da imprensa ocidental e que atravessavam o Muro de Berlim – como projetou consequências perenes até hoje: Herrn (2000) observa as dificuldades da Alemanha reunificada em traçar estratégias eficientes que conseguissem dialogar com a realidade da sociedade oriental e as crenças locais sobre o HIV/AIDS.

No fim da década de 1980 e, conseqüentemente, no ápice da crise política e econômica que culminou no colapso do regime em 1989, começavam a aumentar casos de novas confirmações de HIV e óbitos decorrentes de complicações da AIDS. Dessa forma, o Estado da RDA, que até então direcionava sua restrita atenção sobre o HIV/AIDS especialmente aos homossexuais (BORNEMAN, 1987), mudou sua retórica e passou a prometer uma cooperação internacional de pesquisa direcionada ao combate da pandemia (TÜMMERS, 2014, p. 176). Dessa forma, em seus últimos anos de existência, o Estado da RDA se aproximou gradativamente à Alemanha Ocidental, a qual, ao contrário de uma política como a da RDA que criticava veementemente certas práticas e comportamentos sexuais (TÜMMERS, 2013, p. 501), propunha uma abordagem positiva centrada na promoção do sexo seguro (HEERN, 2000), abandonando a visão que restringia o HIV/AIDS às sexualidades dissidentes.

Considerações Finais

A epidemia do HIV/AIDS, ao ser observada a partir de suas conexões e fluxos globais que a atravessavam, pode ser apreendida para além das suas relações locais e pessoais e ser localizada dentro de disputas globais dentro de uma mesma situação comum. Sendo os EUA um dos epicentros da epidemia na década de 1980 e possuindo uma força midiática representativa muito além de suas fronteiras, o país – com o conservadorismo e a homofobia da sociedade e de seus governantes – ditaram transnacionalmente a associação discursiva entre o HIV e um *estilo de vida*: o homossexual. Tal associação, no entanto, ocorreu em um momento em que o país encontrava espaços de organização e sociabilidade *gays* bastante consolidados, fato que promoveu contra-narrativas, como é o caso das teorias de conspiração sobre o HIV/AIDS surgidas entre as publicações *gays* norte-americanas.

A Alemanha Oriental com sua agência de informação e repressão, a *Stasi*, ao contrário do mito de total isolamento atribuído à ECL, não só estava ciente de tais discursos no interior da comunidade *gay* norte-americana como os utilizou em sua campanha transnacional que visava conectar uma suposta produção laboratorial do HIV ao governo dos EUA. A epidemia do HIV/AIDS deixava, portanto, o campo da calamidade pública e de urgência sanitária e adentrava as disputas transnacionais da Guerra Fria.

Em uma atuação discursiva e política doméstica, o HIV/AIDS também foi instrumentalizado como estratégia para convencer a população alemã oriental da superioridade do seu modelo de sociedade: sendo a homossexualidade um símbolo da decadência capitalista, como argumentavam, o HIV/AIDS não seria, portanto, uma preocupação fulcral para o país. Tal aceção não apenas dificultava ações de conscientização na RDA como reafirmava a marginalização à dissidentes de gênero e/ou sexualidade no país. O discurso apenas aparentou mudar quando o Estado percebeu no fim da década de 1980 que o HIV/AIDS poderia vir a ser um desafio sanitário significativo para o país. A partir disso, o Estado apresentou mudanças -políticas e discursivas - e o HIV/AIDS se tornou confirmação de um suposto almejo estatal por maior cooperação com o Ocidente.

Ironicamente, a visita histórica do líder do principal partido na RDA, Erich Honecker, a Berlim Ocidental em 1987 teve como um dos primeiros acordos assinados entre os dois Estados – Alemanha Ocidental e Oriental - não um tratado político ou econômico, mas o comprometimento por maior cooperação para pesquisas e políticas de combate ao HIV/AIDS (BORNEMAN, 1987, p. 1987). Em um estágio de crise política e econômica intensa e aumento de incidência de novos casos confirmados de HIV no país, a RDA em uma visita a Berlim Ocidental omitiu, pelo menos discursivamente, uma empreitada doméstica e transnacional de instrumentalização do HIV/AIDS no interior da Guerra Fria.

Referências

ALMEIDA, Maria Rita. *et al.* *A trajetória silenciosa de pessoas portadoras do HIV contada pela história oral.* **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 12, n. 1, p. 263-274, 2007.

BORNEMAN, John. *AIDS in the two Berlins.* **AIDS Cultural Analysis/Cultural Activism**, v. 43, p. 223-236, 1987.

BOROWSKI, Maria. *Erste Erkenntnisse zum lesbischen und schwulen Alltagsleben in der frühen DDR*. In: MARBACH, Rainer; WEIß, Volker. **Konformitäten und Konfrontationen. Homosexuelle in der DDR**. Hamburg: Männerschwarm Verlag, 2017.

BRITO, Ana Maria. *AIDS e infecção pelo HIV no Brasil: uma epidemia multifacetada*. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 34, n. 2, p. 207-217, 2001.

CONRAD, Sebastian. **What is Global History?** Princeton: Princeton University Press, 2016.

COSTA, Sérgio. *Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, p. 117-134, 2006.

CRIMP, Douglas. *Portraits of People With AIDS*. In: GROSSBERG, Lawrence; NELSON, Cary; TREICHLER, Paula. **Cultural Studies**. New York: Routledge, 1992.

EVANS, Jennifer. *Decriminalization, Seduction, and "Unnatural Desire" in East Germany*. **Feminist Studies**, v. 36, n. 3, p. 553-577, 2010.

GIESEKE, Jens. **The History of the Stasi: East Germany's Secret Police**. Munich: Berghahn Books, 2015.

GOTTLIEB, Michael. *et al. Pneumocystis carinii pneumonia and mucosal candidiasis in previously healthy homosexual men: evidence of a new acquired cellular immunodeficiency*. **New England Journal of Medicine**, v. 305, pp. 1425-1431, 1981.

GOULD, Deborah B. **Moving Politics: Emotion and ACT UP's Fight Against AIDS**. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.

HELLER, Jacob. *Rumors and Realities: Making Sense of HIV/AIDS Conspiracy Narratives and Contemporary Legends*. **Am J Public Health**, v. 105, n. 1, p. 43-50, 2015.

HERRN, Rainer. *Western-style prevention for eastern gay men? AIDS prevention in the former East Germany*. In: ROSENBROCK, Rolf; WRIGHT, Michael. **Partnership and Pragmatism: Germany's response to AIDS prevention and care**. London: Routledge, 2000.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1992**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Tradução de José Roberto O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KITZINGER, Jenny. *Understanding AIDS: researching audience perceptions of Acquired Immune Deficiency Syndrome*. In: ELDRIDGE, John. **Getting the Message: news, truth and Power**. London: Routledge, 1993.

KRAMER, Mark. *The Collapse of East European Communism and the Repercussions within the Soviet Union (Part 1)*. **Journal of Cold War Studies**, v. 5, n. 4, p. 178-256, 2003.

MCLELLAN, Josie. **Love in Time of Communism**: intimacy and sexuality in the GDR. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

NETZHAMMER, Emile; SHAMP, Scott. *Guilt by Association*: Homosexuality and AIDS on Prime-Time Television. In: RINGER, Jeffrey. **Queer Words, Queer Images**: Communication and the Construction of Homosexuality. New York: NYU Press, 1994.

OOSTERHUIS, Harry. The “Jews” of the Antifascist Left. **Journal of Homosexuality**, v.29, n.2-3, p.227-257, 1995.

OWCZARZAK, Jill. *Introduction*: Postcolonial Studies and Postsocialism in Eastern Europe. **Focaal – European Journal of Anthropology**, v. 53, p. 3-19, 2009.

RICHMOND, Yale. **Cultural Exchange and the Cold War**: raising the Iron Curtain. The Pennsylvania State University Press, 2003.

REINTJES, R., et al. *Infectious Diseases before and after German Unification*: Trends in Mortality and Morbidity. **European Journal of Epidemiology**, v. 17, n. 12, p. 1105-1110, 2001.

RÖDLACH, Alexander. **Witches, Westerners and HIV**: AIDS and Cultures of Blame in Africa. Walnut Creek: Left Coast Press, 2006.

SCALVINI, Marco. *Glamorizing sick bodies*: how commercial advertising has changed the representation of HIV/AIDS. **Social Semiotics**, v. 20, n. 3, p. 219-231, 2010.

SCHULMAN, Sarah. **Let the Record Show: A Political History of ACT UP New York, 1987-1993**. Farrar, Straus and Giroux, 2021.

SELVAGE, Douglas. *Operation “Denver”*: The East German Ministry of State Security and the KGB's AIDS Disinformation Campaign, 1985–1986 (Part 1). **Journal of Cold War Studies**, v. 21, n. 4, p. 71–123. 2019.

SELVAGE, Douglas. *Operation “Denver”*: The East German Ministry of State Security and the KGB's AIDS Disinformation Campaign, 1985–1986 (Part 2). **Journal of Cold War Studies**, v. 23, n. 3, p. 4-80, 2021.

SHIVELY, Charley. *The CIA-CDC-AIDS Political Alliance*. **Gay Community News**, v. 10, n. 50, p. 5, 1983.

SHIVELY, Charley. *AIDS and Genes*. **Gay Community News**, v. 15, n. 12, p. 3, 1987.

SZULC, Lukasz. **Transnational Homosexuals in Communist Poland**: cross-border flows in gay and lesbian magazines. Cham: Palgrave Macmillan, 2018.

TAMMER, Teresa. **Schul bis über die Mauer. Die Westkontakte der Ost-Berliner Schwulenbewegung in den 1970er und 1980er Jahren**. Masterarbeit – Humboldt Universität. Berlin, 2013.

TÜMMERS, Henning. “*Gib AIDS keine Chance*” *Eine Präventionsbotschaft in zwei deutschen Staaten*. **Zeithistorische Forschungen**, v. 10, p. 491-501, 2013.

TÜMMERS, Henning. *AIDS und die Mauer*. Deutsche-deutsche Reaktionen auf eine komplexe Bedrohung. In: THIESSEN, Malte. **Infiziertes Europa – Seuchen im langen 20. Jahrhundert**. München: Oldenbourg, 2014.

TREICHLER, Paula A. *AIDS, homophobia and biomedical discourse: an epidemic of signification*!. **Cultural Studies**, v. 1, n. 3, p. 31-70, 1987.

Henrique Cintra Santos

Universidade Federal de Santa Catarina, pós-graduando, doutorado em História.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/9404306463595073>

Artigo recebido em: 02 de setembro de 2021.

Artigo aprovado em: 14 de dezembro de 2021.